

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIANA DUARTE

**APREENDENDO A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA EM UM SCFV NO MUNICÍPIO
DE FLORIANÓPOLIS/SC**

FLORIANÓPOLIS - SC

2019

MARIANA DUARTE

**APREENDENDO A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA EM UM SCFV NO MUNICÍPIO
DE FLORIANÓPOLIS/SC**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof.^a. Dra. Inez Rocha Zacarias

FLORIANÓPOLIS

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Duarte, Mariana

Apreendendo a Dimensão Socioeducativa em um SCFV no
Município de Florianópolis/SC / Mariana Duarte ;
orientadora, Inez Rocha Zacarias, 2019.

51 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

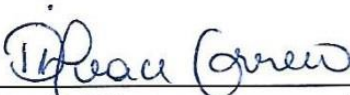
1. Serviço Social. 2. Serviço de Convivência e
Fortalecimento de Vínculos. Crianças e adolescentes.
Dimensão Socioeducativa. Política Nacional de Assistência
Social.. I. Zacarias, Inez Rocha. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Mariana Duarte

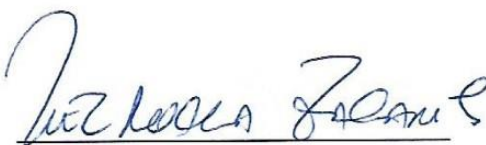
Título: Apreendendo a Dimensão Socioeducativa em um SCFV no Município de Florianópolis/SC


Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.


Florianópolis, 17 de dezembro de 2019.


Prof^ª. Dilceane Carraro, Dra.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:


Prof^ª. Inez Rocha Zacarias Dra.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof^ª. Carla Rosane Bressan, Dra.
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof^ª. Fabiana Luiza Negri, Dra.
Avaliador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho a minha família, que sempre esteve ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, por todo o carinho e paciência, sei que muitas vezes não foi fácil. Agradeço por me incentivarem pela busca de conhecimento e compreenderem minhas decisões, vocês são a minha maior inspiração e os melhores pais que eu poderia ter. Essa conquista também é pra vocês.

Agradeço a minha irmã por compartilhar a infância comigo e por tantos momentos de parceria e cumplicidade, você também me inspira a ser alguém melhor. Agradeço ao meu cunhado pela torcida e por estar presente em muitos momentos importantes.

A minha família é a minha maior inspiração, me apoia desde o início da graduação mesmo com tantas dificuldades em continuar, agradeço por entenderem minhas ausências, principalmente durante a elaboração deste trabalho. Eu amo vocês.

Agradeço ao corpo docente do Departamento de Serviço Social, as professoras e professores que, ao longo do curso, transmitiram seu conhecimento. Todos foram essenciais para a minha formação.

Agradeço a minha supervisora acadêmica, professora Carla Rosane Bressan, que dispôs de seu tempo em vários momentos, me orientando sobre a minha postura enquanto estagiária e, me incentivando a continuar no campo de estágio, mesmo diante de tantos desafios encontrados.

Agradeço em especial a minha orientadora acadêmica, professora Inez Rocha Zacarias, que desde o primeiro dia de orientação demonstrou preocupação comigo. Me incentivou a escrever este trabalho, mesmo diante das incertezas e medos que eu demonstrava no início. Me fez acreditar em minha capacidade, e que era possível produzir este trabalho, se colocando à disposição para as minhas dúvidas e questionamentos, que foram vários. Sua postura ética diante das contradições e apontamentos trazidos por mim, me inspira a ser uma profissional tão competente quanto você.

As amigas e amigos que fiz ao longo da graduação, agradeço vocês pelo apoio e ajuda, com vocês eu dividi tristezas, frustrações, e incertezas. Mas, também vivi muitos dias de alegria e companheirismo, dividimos sonhos e expectativas. Jamais me esquecerei destes momentos.

A minha melhor amiga Olga Roman Rosa, que durante esses anos me incentivou e me aconselhou tão sabiamente, que sempre torceu por mim e me ajuda muito, até hoje. Fico muito feliz em dividir com você esta conquista. Obrigada.

“Não será a tristeza do deserto presente que nos roube as perspectivas dum futuro melhor.”

(Antonieta de Barros)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso e a sua temática abordada, foram motivados pela experiência de três semestres de estágio do curso de graduação em Serviço Social, que aconteceram no Instituto Guga Kuerten, uma instituição sem fins lucrativos que oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Município de Florianópolis, SC. Na ocasião, tivemos a oportunidade de atuar no planejamento e execução de oficinas socioeducativas com crianças e adolescentes de sete a quinze anos. O objetivo geral deste trabalho é apreender como se configuram as ações socioeducativas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida, levando em consideração as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e a maneira como se configura este serviço na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. As técnicas de entrevista e de grupo focal, que contribuíram no processo de coleta dos dados, permitiram buscar junto aos sujeitos participantes da pesquisa, os educadores sociais e os usuários, as informações necessárias para a análise de dados. Os dois procedimentos foram realizados no núcleo da instituição localizada no bairro Itacorubi, em Florianópolis. A análise dos dados constatou uma ausência de referência às diretrizes e objetivos da PNAS tanto nas entrevistas com os educadores, como no grupo focal com os participantes do SCFV. Já a dimensão socioeducativa ficou restrita ao trabalho esportivo, característica central desta instituição.

Palavras-chave: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Crianças e adolescentes. Dimensão Socioeducativa. Política Nacional de Assistência Social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASTEL	Associação Esportiva e Social de Florianópolis
CMAS	Conselho Municipal de Assistência
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IGK	Instituto Guga Kuerten
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA	Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OSCs	Organização da Sociedade Civil
PAIF	
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
SC	Santa Catarina
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	18
2.1	A TRAJETÓRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL.....	18
2.1.1	A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA: UM NOVO MODELO DE ORGANIZAÇÃO PARA O SUAS.....	23
2.1.2	O SISTEMA DESCENTRALIZADO E PARTICIPATIVO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	26
3	SCFV DO IGK: A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA EM QUESTÃO	30
3.1	A RELAÇÃO DO SCFV COM AS FAMÍLIAS E A COMUNIDADE.....	31
3.1.2	A COMPREENSÃO DA EQUIPE PROFISSIONAL DO IGK QUANTO AO ASPECTO SOCIOEDUCATIVO DO SCFV	33
3.1.1	A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA DE ESPORTES E EDUCAÇÃO CAMPEÕES DA VIDA, QUANTO ÀS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DO SCFV	35
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS.....	42
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (EDUCADORES – IGK)	45
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (CRIANÇAS E ADOLESCENTES)	47
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS EDUCADORES SOCIAIS DO IGK.....	49
	APÊNDICE D – ROTEIRO DO GRUPO FOCAL COM AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES DO IGK	51

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da pesquisa sobre a dimensão socioeducativa do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos assim como as suas repercussões na vida dos usuários atendidos por tal serviço.

O interesse pelo estudo surgiu de atuação direta, no campo de estágio, através da realização de oficinas socioeducativas com crianças e adolescentes de 07 a 15 anos no Instituto Guga Kuerten – IGK, o que evidencia a aproximação com o tema em questão. O IGK que é uma instituição sem fins lucrativos de caráter assistencial que possui cadastro no Conselho Municipal de Assistência – CMAS de Florianópolis e oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos no contraturno escolar, através do programa denominado Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida.

O Sistema único de Assistência Social, SUAS é um sistema que organiza e coordena as ações socioassistenciais da Assistência Social no país, conforme descrito na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, tais ações se materializam através de programas, projetos, benefícios e serviços que centralizam “a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade.” (PNAS, 2004, p. 39). Dentre os serviços da Assistência, encontra-se o SCFV, programa de ação continuada, que propõe prevenir a ocorrência de riscos sociais, assegurando o convívio familiar no seu território, podendo ser ofertado nas dependências dos Centros de Referência de Assistência Social, o CRAS, ou por meio de entidades e organização de assistência social, conveniadas com o poder público.

Este serviço se concretiza e é realizado “por uma rede de atores públicos (integrantes da rede socioassistencial) que materializam ofertas socioeducativas, lúdicas e socioculturais [...]” (BRASIL, 2017). Tais atores públicos, por vezes denominados de Educadores Sociais, realizam variadas funções, dentre elas destacamos,

[...] desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família. (BRASIL, 2014).

O presente trabalho tem como objetivo apreender qual a percepção que os educadores sociais têm sobre esta dimensão socioeducativa desenvolvida no SCFV, em especial o que é ofertado através do Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida, do IGK.

Ainda durante a pesquisa, identificou-se que há um número reduzido de produções teóricas sobre a dimensão socioeducativa, específica do SCFV. Uma vez que tal dimensão é mencionada com maior frequência como, “medidas socioeducativas”, relacionadas aos serviços de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), ambos da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Procura-se assim, contribuir para a expansão do tema em questão e sua associação com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme supracitado.

Torna-se necessário ressaltar também que nos dias atuais a conjuntura do país encontra-se num cenário de corte de gastos públicos, situação semelhante a que ocorreu em governos anteriores, mas não de forma tão acirrada como no momento presente. Segundo um estudo realizado por técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2018, p.55):

No biênio 2015-2016, alterações no cenário econômico e político nacional, visíveis desde o resultado da última eleição presidencial, mas aprofundadas com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, repercutiram nas políticas sociais. A priorização do ajuste fiscal reposicionou as políticas sociais no discurso e na agenda governamental, a começar pelo seu financiamento, diretamente afetado pela aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95, que instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF) para o país.

A promoção destas medidas causará grande impacto nos investimentos da Política de Assistência Social e seus programas, os cortes orçamentários atingirão diretamente os serviços socioassistenciais no país, assim como o trabalho realizado pelos profissionais que operacionalizam as Políticas, colocando em dúvida a sua continuidade. O Serviço Social, profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, atualmente depara-se talvez, com um dos seus maiores desafios desde que se constituiu enquanto profissão pela Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993.

O usuários que demandam destas políticas serão os maiores afetados e a exemplo dos anos passados, a tendência é o aumento da desigualdade social e a

piora na qualidade de vida da população, refletindo negativamente em outras políticas como a da Saúde e Educação. É sabido que a história da Assistência Social no Brasil é assinalada por políticas focalizadas e muitas vezes descontinuadas, por programas fragmentados e de cunho pontual. Reflexo da insuficiência de recursos, caracterizados por um Estado burocratizado e motivado por ações compensatórias voltadas ao apaziguamento da desigualdade social.

Mediante tal contexto introdutório, definiu-se como objetivo geral deste trabalho apreender como se configuram das ações socioeducativas do SCFV no Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida. E para alcançar tal objetivo, foram delimitados objetivos específicos, os quais compreendem: - a) Identificar a dimensão socioeducativa do trabalho desenvolvido no SCFV, em concordância com as diretrizes previstas na Política Nacional de Assistência Social - PNAS; b) Apreender qual a compreensão da equipe profissional do Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida quanto ao aspecto socioeducativo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Analisar qual a percepção das crianças e dos adolescentes, inseridos no Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida, quanto às ações socioeducativas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Reitera-se a importância do estudo sobre as atividades socioeducativas desempenhadas com crianças e adolescentes, sobretudo porque na Política Nacional de Assistência Social, está prevista a realização desta ação em programas socioassistenciais da Proteção Social Básica, como é o caso do SCFV.

O trabalho propôs trazer à luz possíveis alternativas de enfrentamento diante das tentativas de desmonte do Sistema Único de Assistência brasileiro conforme tem sido assinalado pela atual proposta de governo. E contribuir na busca das ferramentas teórico-metodológicas pois, conforme destacado por Couto, Yazbek e Raichelis (2014, p. 86) “[...] quanto mais qualificados os servidores e trabalhadores da assistência social, menos sujeitos à manipulação e mais preparados para enfrentar os jogos de pressão política [...] conferindo qualidade e consistência teórica, técnica e política ao trabalho realizado.” Considerando inquestionável a importância da efetividade das políticas públicas no país.

A metodologia utilizada neste trabalho, para alcançar os objetivos propostos baseia-se na perspectiva do método dialético pois, este método “[...] penetra o mundo

dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.106).

A pesquisa teve o enfoque qualitativo, por entender que esta abordagem seria mais adequada para o tema em questão, segundo Minayo (2009 p.21), a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. As técnicas de pesquisa para a coleta de dados foi a técnica de investigação em forma de entrevista e o grupo focal. A técnica em formato de entrevista é definida como um encontro entre pessoas,

[...] a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (LAKATOS, MARCONI, 2003, p.195).

Esta técnica de coleta de dados foi realizada pela pesquisadora no local onde é ofertado o Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida, do Instituto Guga Kuerten. Este programa como dito anteriormente, caracteriza-se como um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, foi definido diante da experiência de estágio vivida pela pesquisadora, também na função de Educadora Social.

A entrevista foi realizada de maneira estruturada, conforme classifica Lakatos e Marconi (2003), seguindo de um roteiro estabelecido de antemão e as perguntas foram pré-elaboradas. Foram entrevistados três educadores de formação profissional distintas, a saber, uma profissional de Pedagogia e dois de Educação Física. Os profissionais foram entrevistados individualmente e os temas abordados tiveram relação direta com a ação socioeducativa desenvolvida no SCFV. Importante salientar que umas das possibilidades da entrevista, descrita pelas autoras é que esta técnica “[...] dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos.” (LAKATOS, MARCONI, 2003, p. 108). Por isso, entende-se que contribui para uma melhor obtenção dos dados pretendidos.

A segunda técnica utilizada para a obtenção de dados, o grupo focal, foi classificada por muitos autores como uma maneira alternativa de se entrevistar:

[...] o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços. (KITZINGER, 2000 *apud* TRAD, 2009, p.780).

Esta técnica foi realizada com as crianças e os adolescentes que são usuários do SCFV, no Instituto Guga Kuerten. O grupo foi formado por 6 crianças e adolescentes ao total, com idades que variam de 7 a 15 anos. Consideramos a utilização desta técnica fundamental, sobretudo pela importância de se observar a opinião e as considerações deles a cerca do serviço.

O grupo foi composto pelos próprios usuários da política, e portanto, parte essencial do trabalho que é realizado. Sabendo que todo o planejamento do Programa Campeões da Vida é voltado para atender às necessidades deste público alvo, conclui-se que além de interagir cientificamente com os profissionais que operam o serviço foram coletadas informações de extrema relevância durante a técnica de grupo focal, resultando na qualificação da pesquisa.

Para auxiliar na realização das técnicas de entrevista e grupo focal foi utilizado, mediante autorização dos participantes, um gravador para captar o áudio com maior precisão e com isso obteve-se as respostas desejadas de maneira mais clara. Levando sempre em consideração os cuidados éticos com os entrevistados e mediante termo de consentimento por escrito em ambos os casos.

Por fim, os dados coletados foram analisados mediante o procedimento de análise de conteúdo, com a perspectiva de análise qualitativa. Dentre as técnicas qualitativas de análise especificou-se a valorativa, técnica que analisa os dados a partir de categorização, que classifica os “elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos”. (BARDIN 1977, p.117).

Com a escolha desta categoria de análises e seu conjuntos de técnicas, acredita-se que tornou-se possível averiguar de forma mais precisa e assim, o maior alcance de significados expressos através da fala dos entrevistados para com isso, responder da melhor maneira as indagações do objeto do trabalho em questão.

A estrutura do trabalho é composta pela primeira seção que trata da Assistência Social no Brasil, perpassando pela sua trajetória histórica e a consolidação enquanto

política social no país através da promulgação da Constituição Federal. Após a criação do Sistema Único de Assistência Social, avanços jurídicos e regulamentários levaram a política a um novo patamar no cenário brasileiro, definindo diretrizes para a execução dos serviços e programas no âmbito social. E, a segunda sessão contém a análise dos dados coletados através das entrevistas e do grupo focal, culminado nas considerações finais relevantes à este processo.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Precedentemente ao aprofundamento do assunto sobre a Política de Assistência Social no país, considera-se importante uma breve contextualização histórica acerca dos processos que antecederam ao seu surgimento. Os avanços na noção de proteção social e os marcos regulatórios que definem as Políticas Sociais no Brasil, juntamente com a mudança no tratamento legal oferecido às crianças e aos adolescentes.

2.1 A TRAJETÓRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

A proteção social que, conforme descreve Potyara A. P. Pereira (2002, p.16), vai além do que uma simples manutenção das necessidades básicas para sobrevivência:

Proteção social é um conceito amplo, que desde meados do século XX, engloba a seguridade social (ou segurança social), o asseguramento ou garantias à seguridade e políticas sociais. A primeira constitui um sistema programático de segurança contra riscos, circunstâncias, perdas e danos sociais cujas ocorrências afetam negativamente as condições de vida dos cidadãos. O asseguramento identifica-se com as regulamentações legais que garantem ao cidadão a seguridade social como direito.

Alguns autores trabalham com a ideia de sistemas de proteção social, como descreve Giovanni (2008, p. 1), “chamo de sistemas de proteção social as formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros.” E ainda caracteriza as formas de funcionamento deste sistema como “formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto de bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social”.

Ao observarmos o processo de estruturação das políticas sociais no Brasil, devemos nos remeter ao passado e assim, atentar para o fato de que alguns momentos históricos e, por vezes contraditórios, contribuíram para o seu reconhecimento. As medidas estatais de proteção social desta época, são

impulsionadas pelas manifestações da “questão social”¹, o que de antemão exigiriam as primeiras indicações do sistema público de proteção social brasileiro, que surgem através do decreto legislativo 4.682/1923, a Lei Eloy Chaves, que trazia a ideia de proteção baseada em um sistema de aposentadorias e pensões aos trabalhadores, mediante contribuições nas chamadas caixas de aposentadoria e pensão, CAPS. Inicialmente, apenas algumas classes de trabalhadores faziam parte deste sistema, principalmente a classe de ferroviários e marítimos, pois eram classes importantes para a produção e exportação de café na época e portanto, tratava-se de um sistema de proteção que representava mais um privilégio do que de fato um direito pois não beneficiava a todos, conforme descreve Carvalho (2016, p. 119), “do modo como foram introduzidos, os benefícios atingiam aqueles a quem o governo decidia favorecer, de modo particular aqueles que se enquadravam na estrutura sindical corporativa montada pelo Estado”. Ainda em 1930 é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio com a finalidade de fiscalizar esta sistema trabalhista que havia sido implementado.

No período de ditadura denominado Estado Novo (1937 - 1945), o então presidente da república Getúlio Vargas instala uma série de medidas de cunho social. Em julho de 1938, tem-se a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, porém ainda se mantém a ideia de benevolência, de atenção aos pobres e ainda sem uma política definitiva que regularia as ações do Estado.

Em 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência – LBA e que foi primeiramente presidida por Darcy Vargas, a primeira dama. Uma instituição da sociedade civil sem fins lucrativos com ações provenientes da boa vontade de algumas senhoras, que possuíam alto poder econômico. Mas, que prestaria assistência àquela parcela da população que, até então encontrava-se desassistida por não possuir vinculação previdenciária, ainda sem nenhuma perspectiva de direito.

¹ Dentre suas variadas definições a “questão social” têm sua gênese “[...] no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. (IAMMAMOTO, 2013, p. 330). E ainda, para Montaño, (2010, p. 187) “expressa a contradição capital-trabalho, as lutas de classe, a desigual participação na distribuição de riqueza social.”

A LBA empenhava-se em oferecer “apoio às famílias dos pracinhas, ela vai estender sua ação às famílias da grande massa não previdenciária. Passa a atender as famílias quando da ocorrência de calamidades, trazendo o vínculo emergencial à assistência social.” (SPOSATI, 2007, p.20).

Vale ressaltar que a busca por direitos sociais principalmente após a ditadura e ao regime autoritário (1964 a 1985) se deve na sua maioria, aos esforços dos movimentos sociais e as lutas de classe, principalmente a dos trabalhadores que, ao longo tempo, pleiteiam pela garantia dos direitos de todos.

Ações pontuais que outrora poderiam facilmente ser confundidas como favores aos pobres e ações de caridade vinculadas às instituições religiosas, somente se consolidam como direito sob a ótica da cidadania e Política Social mediante a promulgação da Constituição Federal, marco constitucional e inovador para as Políticas Sociais de 1988. A Constituição traz em seus artigos 194 e 195 a definição e as disposições gerais a cerca da Seguridade Social que agrupa o chamado “tripé da seguridade” envolvendo a Assistência Social, a Previdência Social e a Saúde. A Seguridade Social se define como:

[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados. (BRASIL, 1988, Art. 194º).

A Política de Assistência Social, por sua vez, irá definir os critérios de execução das políticas sociais, que passam a receber maior visibilidade no cenário brasileiro, políticas não contributivas e de caráter universal, voltadas ao enfrentamento das desigualdades e que em tese garantiriam os subsídios necessárias à vida da população, a proteção social no país então, se vê representada e identificada como direito não somente dos trabalhadores, mas de todas as demais classes e de responsabilidade do Estado.

Após o surgimento da Assistência, os horizontes das políticas sociais se ampliam e novas legislações emergem como aliadas neste processo, como a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, Dezembro, 1993), com o intuito de concretizar o conteúdo da LOAS, em 2005 é estabelecido o Sistema Único de Assistência Social, o SUAS que

[...] define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socio-assistencial. (PNAS, 2004, p. 39).

No âmbito da proteção social voltada às crianças e aos adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente surge nos anos de 1990, o ECA, que, em substituição ao Código de Menores de 1979, e juntamente com a Constituição Federal, representam a mudança e o reconhecimento das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos dotados de necessidades e cuidados na sua integralidade.

O aprofundamento das desigualdades sociais, com todas as suas conseqüências, principalmente para as condições de vida das crianças e dos adolescentes, levou à revisão dos paradigmas assistenciais cristalizados na sociedade. [...] O coroamento destas mudanças aconteceu com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993 e com a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança em 1990, provocando rupturas em relação às concepções e práticas assistencialistas e institucionalizantes. (BRASIL, 2006, p. 15).

O ECA traz consigo o indicativo de que é dever da família, da comunidade e da sociedade como um todo, porém, muito mais do Estado enquanto poder público, oferecer a estrutura necessária e as oportunidades para que todas as crianças e todos os adolescentes possam usufruir de qualquer assistência social que necessitarem, conforme traduz o Artigo 4º do ECA:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, art. 4º).

O contexto que antecede ao Estatuto no Brasil é marcado pela luta contra o trabalho e a exploração infantil, herança da escravidão e que ainda vigorava no país na década de 1980. Havia a necessidade de intervenção do Estado e a criação de políticas públicas voltadas para a proteção das crianças e dos adolescentes.

Com a expansão do processo de industrialização e urbanização das cidades, a exploração do trabalho infantil no Brasil tornou-se mais acentuada, e gradativamente surgem medidas de proteção às crianças. A partir da década de 1980, a sociedade brasileira passou a assumir processos de mobilização contra a naturalização do trabalho infantil que se refletiram, fortemente, no Congresso Constituinte e no reconhecimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes na Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. (BRASIL, 2010, p.18).

Muitos progressos ocorreram desde a Constituição e desde o ECA, novas políticas surgiram no Brasil e percebeu-se que não é possível pensar em proteção à criança ou ao adolescente sem proteger a família. A centralidade da família se vê cada vez mais destacada nas políticas públicas voltadas para este tema.

[...] crianças e adolescentes têm o direito a uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pela sociedade e pelo Estado. Nas situações de risco e enfraquecimento desses vínculos familiares, as estratégias de atendimento deverão esgotar as possibilidades de preservação dos mesmos, aliando o apoio sócio-econômico à elaboração de novas formas de interação e referências afetivas no grupo familiar. (BRASIL, 2006, p.15).

Ainda sobre os avanços no tratamento legal trazidos através do ECA, no mês de janeiro de 2012, o Governo Federal sanciona a Lei 12.594 que Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Apesar de esta lei ser sancionada em 2012, nos anos de 2004 já havia uma discussão sobre a elaboração deste sistema por parte da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Fundo das Nações Unidas para a Infância e outros órgãos de assistência social, que contribuíram para a construção de um documento que serviria como roteiro para a execução das medidas socioeducativas relacionadas aos adolescentes.

O SINASE retrata uma maior preferência pelas medidas em meio aberto, em oposição às medidas que restringem a liberdade dos adolescentes, empenhando-se para recuperar o caráter pedagógico destas medidas. Este sistema ainda prioriza

[...] a municipalização dos programas de meio aberto, mediante a articulação de políticas intersetoriais em nível local, e a constituição de redes de apoio nas comunidades, e, por outro lado, a regionalização dos programas de privação de liberdade a fim de garantir o direito à convivência familiar e comunitária dos adolescentes internos, bem como as especificidades culturais. (BRASIL, 2006, p. 14).

Em 1993, através da Lei nº 8.742, Dezembro, 1993, é promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que define os objetivos da assistência social, a proteção social é assim referida:

I- a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. (BRASIL, 1993).

Através da LOAS, a proteção, que outrora via-se atrelada às relações de trabalho para a garantia do mínimo de subsistência do trabalhador, agora é reconhecida inclusive na legislação brasileira, como forma de garantia de direitos indispensáveis e prevenção de riscos, recebe um novo patamar de reconhecimento, por meio das Políticas Sociais.

No mês de julho de 2011 é sancionada a Lei 12.435 que complementa a LOAS, e dispõe sobre a organização do SUAS que já vigorava desde 2005, garantindo a sua continuidade. Mais tarde, novas leis e decretos surgem no país como as Normas Operacionais Básicas da Assistência Social em especial a NOB/SUAS (Dezembro, 2012), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, Novembro, 2009), entre outros.

2.1.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA: UM NOVO MODELO DE ORGANIZAÇÃO PARA O SUAS

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS de 2014, através da Resolução nº 15, de 15 de outubro de 2004, Conselho Nacional de

Assistência Social – CNAS, mediante as deliberações trazidas principalmente pela IV Conferência Nacional de Assistência Social que aconteceu em Brasília no ano de 2003, elabora a Política Nacional de Assistência Social. A PNAS representa uma nova visão sobre a execução de projetos e programas da Assistência, na perspectiva de melhora na sua execução. E, conforme apresentado nas suas páginas iniciais,

[...] a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. (PNAS, 2004, p.13).

Ela surge com a intenção de romper com a noção de clientelismo e caridade que se associavam às políticas sociais no país. Propõe inovar no atendimento as demandas dos usuários com um olhar mais atento às particularidades de cada indivíduo, ao mesmo tempo em que considera a realidade em que ele se encontra como parte do que precisa ser melhorado. Organiza os programas através da descentralização dos serviços e promove uma isonomia na questão do financiamento, ao distribuir os recursos financeiros incluindo diretamente os municípios, estados e Distrito Federal na administração do orçamento, conforme suas capacidades.

A Política reconhece as constantes transformações trazidas na contemporaneidade no que tange principalmente ao mundo do trabalho e as exigências trazidas pelo capitalismo na tentativa de superação de suas crises. Ela descreve que tais mudanças são sentidas primeiramente no âmbito familiar e define um termo denominado “Matricialidade Sociofamiliar” onde a primazia no atendimento das políticas sociais deveria considerar as relações familiares.

Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos. (PNAS, 2004, p. 41).

Na PNAS, a Proteção Social é assegurada através de três níveis a saber, a Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade, eles são articulados pelo SUAS. Através

destes níveis, os serviços desta política são ofertados, levando em consideração a complexidade de cada situação em que os usuários demandarem de atendimento, que é integrado e se efetivam na Política de Assistência Social “[...] de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento [...]” (PNAS, 2014 p.33). A seguir, trataremos do primeiro nível de proteção denominado Proteção Social Básica – PSB.

Na PSB, o foco das ações são principalmente a prevenção de riscos, ou seja, o trabalho é realizado com o propósito de se antecipar às ameaças, as situações que afetam o fortalecimento de vínculos, principalmente os familiares. Conforme a Política Nacional de Assistência Social a PSB,

[...] destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. (PNAS, 2004, p. 33 e 34).

A PSB executa diversos programas e projetos dentre eles, destacam-se o Programa de Atendimento Integral à Família – PAIF e o Benefício de Prestação Continuada – BPC. Estes serviços e programas são executados através dos CRAS e mesmos os que não são ofertados dentro das suas dependências devem possuir vinculação direta com os mesmos.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, é a principal referência da Política de Assistência, na atuação e execução do trabalho social realizado com as famílias,

[...] consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. (BRASIL, 2014, p. 12).

Este trabalho social com as famílias, já havia sendo realizado pela Assistência Social desde os anos 2001, com a criação de um programa piloto do Governo Federal, chamado Núcleo de Apoio à Família (NAF). E, posteriormente através do Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família (PNAIF), em 2003.

Com a elaboração da Resolução CNAS nº 109/2009, que trata da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, em 2009, a nomenclatura do serviço é alterada para Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, a palavra “atenção” é substituída por “atendimento”. Pois, pretendia-se caracterizá-lo como um serviço de ação continuada da Proteção Social Básica.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos possui integração com o PAIF e, do mesmo modo, é regulamentado através da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Como o próprio nome prevê, atua no fortalecimento de vínculos, com características preventivas.

O documento criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de 2017, denominado “Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)”, ressalta a importância do SCFV na prevenção ao trabalho infantil pois, e assinala que as crianças e os adolescentes que são retirados do trabalho infantil fazem parte do público prioritário deste serviço.

O serviço é considerado estratégia fundamental para a prevenção à reincidência no trabalho infantil. As atividades *socioeducativas* do SCFV previnem situações de violação de direitos, na medida em que fortalecem os vínculos e estimulam a convivência familiar e comunitária. Essas ações devem ser integradas às ações do PAIF ou PAEFI, ou seja, ao serviço que acompanha a família. (BRASIL, 2017, p. 24, *grifo nosso*).

A PNAS traz a dimensão socioeducativa deste serviço para crianças e adolescentes e jovens de 06 a 24 anos, ao defini-lo como um dos serviços de proteção básica da Assistência. (PNAS, 2004). E como já citamos anteriormente neste trabalho, esta dimensão socioeducativa é descrita com mais frequência nos termos de medidas socioeducativas, destinadas a adolescentes e jovens que cometeram algum delito.

2.1.2 O SISTEMA DESCENTRALIZADO E PARTICIPATIVO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Lei Orgânica de Assistência Social, ao estruturar o Sistema Único de Assistência Social brasileiro, assim como seu sistema de proteção social, estabelece em seu artigo 6º que [...] “as ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social [...]” (BRASIL, 1993). Este sistema descentralizado e participativo prevê que as entidades de assistência social poderão executar os serviços e os programas do SUAS. O artigo 9º dispõe sobre os critério e a regulamentação de tais atividades, o que depende diretamente de “[...] prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.” (BRASIL, 1993).

Já o artigo 10º traz que “[...] a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal podem celebrar convênios com entidades e organizações da assistência social, em conformidade com os Planos aprovados pelos respectivos Conselhos.” (BRASIL, 1993). O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, por exemplo, pode ser ofertado em parceria com entidades de assistência que estão inseridas no intitulado Terceiro Setor.

Terceiro Setor é um termo utilizado por vários autores para descrever o funcionamento, assim como a organização da Sociedade Civil, inserida no modo de produção capitalista, as organizações que compõe o Terceiro Setor são na sua maioria denominas Organizações da Sociedade Civil – OSCs.²

Para Bazoli, (2007), o Terceiro Setor contém diferenciações do Primeiro e do Segundo Setor, sendo ele “[...] uma modalidade econômica que surgiu para fomentar um equilíbrio socioeconômico, podendo atuar imparcialmente nas duas modalidades já existentes.” (p. 43). E ainda, “[...] o Terceiro Setor é composto por organizações de natureza privada (sem o adjetivo do lucro) dedicadas à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não seja integrante do governo (Administração Estatal).” (BAZOLI, 2007, p. 43).

² As organizações da sociedade civil são entidades privadas sem fins lucrativos, ou seja, que desenvolvem ações de interesse público e não têm o lucro como objetivo. Tais organizações atuam na promoção e defesa de direitos e em atividades nas áreas de direitos humanos, saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, assistência social, moradia, entre outras. (BRASIL, 2016, p. 15)

Em outras definições, o Terceiro Setor surge como uma nova estratégia para a Questão Social, resultantes das crises do capitalismo e como uma solução paliativa a elas.

Por um lado, a crise e a suposta escassez de recursos servem de pretexto para justificar a retirada do Estado da sua responsabilidade social e a expansão dos serviços comerciais ou desenvolvidos num suposto “terceiro setor”. Por outro, a recorrente afirmação de que existiria hoje uma “nova questão social” tem, implicitamente, o claro objetivo de justificar um novo trato à “questão social”; assim, se há uma nova “questão social” seria justo pensar na necessidade de uma nova forma de intervir nela, supostamente mais adequada às questões atuais. (MONTAÑO, 2002, p. 1 e 2).

Nos anos de 2014, durante o governo de Dilma Rousseff, é aprovada a Lei 13.019/2014 que define o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, que regularizando a relação entre o setor público (Estado) e a Sociedade Civil (OSCs).

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) é uma agenda política ampla, que tem como desafio aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil (OSCs) e suas relações de parceria com o Estado. (BRASIL, 2016, p. 7).

Estas OSCs atuam até hoje em parceria com o Estado na execução de políticas públicas, como o SCFV. O trabalho exercido pelos educadores sociais nestas instituições deve seguir as orientações previstas na Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, realizando “atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal [...]”. (CNAS, 2014, Art. 4º, inciso II). Em Florianópolis, o Instituto Guga Kuerten - IGK, associação civil sem fins lucrativos, é um exemplo destas organizações que possui objetivos educacionais, esportivos e sociais.

As fontes de financiamento do IGK são oriundas, de doações de pessoas físicas e jurídicas, assim como de Leis de Incentivo do Ministério da Cultura e Fundo da Infância e Adolescência – FIA e Leis de Incentivo Fiscal, como a Lei nº 8.313 de 23/12/1991, conhecida como Lei Rouanet. A instituição atua por meio de três programas, o Fundo de Apoio a Projetos Sociais, Ações Especiais e o Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida.

O IGK executa o SCFV, através do Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida, nos períodos de contraturno escolar para cerca de 100 crianças e adolescentes de 7 a 15 anos estudantes de escolas públicas que são denominados “educandos”. Os educadores sociais do IGK são profissionais de ensino superior e estagiários de diferentes formações acadêmicas como Educação Física, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social. O SCFV é executado em locais denominados “núcleos”, que se localizam nos bairros de Canasvieiras, Itacorubi e Saco Grande, situados em Florianópolis, assim como nas cidades de São José, Biguaçu, Palhoça e Campos Novos.

3 SCFV DO IGK: A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA EM QUESTÃO

A análise, assim como a pesquisa como um todo, foi realizada a partir do embasamento teórico do materialismo histórico, onde o desenvolvimento e a organização da sociedade até os dias de hoje relacionam-se diretamente com modo de produção capitalista e esta mesma relação acontece de forma antagônica entre as classes denominadas: burguesia e o proletariado, conforme expressam Marx e Engels (1998, p.9 e 10):

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos das classes. Estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas. [...] A sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado.

Acredita-se que esse tipo de abordagem proporcionou a apreensão dos resultados que correspondessem ao objetivo geral e aos específicos deste trabalho, possibilitando analisar o material coletado a partir da totalidade dos fatos para, então se conhecer as contradições e conflitos existentes, assim como as relações sociais contidas nos objetos pesquisados.

Os dados coletados e que foram utilizados para a análise são provenientes da entrevista com os educadores sociais e do grupo focal, este último realizado com as crianças e os adolescentes inseridos no SCFV, do Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida do IGK. No Instituto Guga Kuerten, os educadores sociais entrevistados, são profissionais de nível superior de diversas áreas de atuação como, a Educação Física, Pedagogia e o Serviço Social, por exemplo.

As entrevistas e o grupo focal foram autorizadas pela instituição através de termos de autorização. O documento utilizado para obter autorização dos educadores foi o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que explicitava os objetivos da pesquisa, a forma de coleta de dados e as garantias de sigilo para com os entrevistados. Para o grupo focal com as crianças e os adolescentes foi entregue aos responsáveis um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que, assim como o termo dos educadores, explicitava os objetivos da pesquisa e a garantia de sigilo para os participantes, além de detalhar como seria o procedimento de coleta de dados.

Por motivo de adequação às programações do IGK, o grupo focal foi realizado primeiro, no dia 25 de setembro deste ano, no período matutino durante o intervalo

entre as oficinas. Foi cedida a sala de reuniões da equipe do IGK que fica na Associação Esportiva e Social de Florianópolis - ASTEL, no bairro Itacorubi, local onde é executado o SCFV referido neste trabalho. A entrevista com os educadores da instituição foi realizada no dia 02 de outubro em uma outra sala cedida pela ASTEL, todos os educadores foram entrevistados no mesmo dia e em momentos separados.

3.1 A RELAÇÃO DO SCFV COM AS FAMÍLIAS E A COMUNIDADE

Dentre as Diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, destaca-se preferencialmente a proteção social voltada à “[...] centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.” (PNAS, 2004, p. 33). O SCFV é anunciado na PNAS como um serviço que, por conseguinte, preza pelo atendimento centrado na família e com ações socioeducativas voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares. Sendo que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais descreve as especificidades de seus Objetivos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos:

Complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais; Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. (BRASIL, 2014, p. 20).

Tanto as Diretrizes quanto os Objetivos da PNAS servem de referência para o SCFV realizar suas ações nos territórios em que se encontra. No entanto nenhum dos entrevistados, em seus depoimentos referiram-se à Política Nacional de Assistência, e a Tipificação. A partir desta constatação, se percebe certo distanciamento do serviço pesquisado da política de assistência social, assim como sobre o papel a ser cumprido por este equipamento para a efetivação dos objetivos desta importante política social.

Ao serem questionados sobre as seu trabalho no SCFV, os educadores descreveram tão somente o trabalho que realizam em suas oficinas, como atividades voltadas ao esporte ou cultura, jogos e brincadeiras também, conforme descrito a seguir,

(...) **atividades esportivas**, tentando sempre ser **algo atrativo** pra crianças e que a gente consiga **passar alguma mensagem**, já que é sempre baseado num assunto a cada duas semanas né, (...) sempre **atividade física**, no Esportes³. Ou brincadeiras, jogos ou algum esporte em si. (E2).⁴
Então, a minha oficina, na Cultural a gente trabalha com **jogos**⁵ né, mas a gente também tem a parte **artística**, a parte do trabalho dos eventos que acontecem no IGK, sempre ficam com a oficina Cultural, tudo que é feito pelas crianças de materiais, de lembranças, com relação a reunião de responsáveis. Tudo é feito por eles e é na oficina Cultural que isso acontece. Na parte de **criação, imaginação** deles. (E3).

Conhecer os objetivos do SCFV e seus atributos enquanto um serviço da Assistência Social, é indispensável para todo o educador que trabalha na sua execução. O trabalho esperado é sobretudo de fortalecimento de vínculos e na prevenção de riscos ao convívio familiar, algo que não apareceu nas entrevistas com os educadores.

Percebe-se ainda que os educadores evidenciam que, mesmo realizando ações esportivas e culturais previstas na Tipificação, o resultado esperado por eles destas ações não correspondem totalmente ao que é prenunciado na PNAS conforme o que já foi salientado de antemão. O trecho que segue ajuda a exemplificar:

De modo com que eles sempre, acabem levando um aprendizado, algum conhecimento novo, pra que eles, sejam aplicados no dia a dia, seja no contexto escolar ou na própria comunidade. (...) pra gente finalizar e tentar refletir o que foi, do que foi composto a oficina, pra que ela serviu e quais lições que elas podem levar pra elas, as crianças se tornarem cidadãos melhores né. (E1).

A expectativa dos entrevistados é de que, o trabalho realizado traga benefícios em longo prazo para as crianças e os adolescentes, como lições que os tornarão pessoas melhores no futuro, ou mudanças em curto prazo no contexto em que vivem,

³ As oficinas realizadas neste serviço são denominadas por: Esportes Complementares, Cultural e Tênis.

⁴ Com o intuito de manter o sigilo aos entrevistados, substituímos os nomes por letras seguidas de números, como por exemplo “E1” e “S1”.

⁵ Os destaques em negrito nos depoimentos colhidos pela pesquisa são da autora do TCC.

sem expectativa de resultados concretos na comunidade. Em nenhum dos relatos identificou-se referência ao fortalecimento de vínculos ou ao enfrentamento dos riscos sociais que enfraquecem o convívio familiar, o que demonstra a carência de entendimento da Política Nacional de Assistência por parte dos trabalhadores do SCFV e uma próxima relação com o senso comum.

Para a PNAS, os resultados esperados pela oferta dos serviços socioassistenciais engloba as seguintes vertentes: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional. Dentro da proteção social destaca-se a segurança de convívio ou vivência familiar que, se materializam,

[...] através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, *familiares*, de *vizinhança*, de segmento social, *mediante a oferta de experiências socioeducativas*, lúdicas, socioculturais, desenvolvidas em rede de núcleos socioeducativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades. (BRASIL, 2014, p. 40, *grifo nosso*).

A ausência de conhecimento da Política de Assistência acaba por enfraquecer a concepção que foi proposta pela própria PNAS, de que estes serviços deveriam integrar os sujeitos como um todo, fortalecer os vínculos familiares e consequentemente comunitários. Algo diferente de fragmentar o atendimento, “isolar” os sujeitos da família e da sua comunidade, tornando o serviço algo pontual e com cobertura parcial dos sujeitos.

3.1.2 A COMPREENSÃO DA EQUIPE PROFISSIONAL DO IGK QUANTO AO ASPECTO SOCIOEDUCATIVO DO SCFV

Um aspecto a ser destacado na análise é a influente presença da dimensão educativa na fala dos entrevistados, e a maneira como a educação e o processo educativo encontram-se diretamente relacionados com o que a equipe considera ser o trabalho do educador social do SCFV, como expresso na seguinte fala,

Porque, ao mesmo tempo que é desafiador ela é muito, ela é muito gratificante já que, considero, sempre que a **educação** é um processo de mão dupla assim, sempre quando a gente **ensina**, se **propõe a ensinar**, transmitir um conhecimento a gente aprende muito nesse processo. (E1).

O Programa de Esportes e Educação Campões da Vida do IGK, baseia-se nos princípios educacionais, expressos no site oficial da Instituição, onde se orienta “por um tema pedagógico anual e embasado teoricamente pelos 4 pilares da educação: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser. (Relatório Jacques Delors de 1995 - UNESCO)” (IGK, 2019). Este relatório se origina com a criação de uma comissão formada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, presidida e organizada pelo economista francês Jacques Delors. O relatório chamado “Educação: um tesouro a descobrir”, divulga as propostas para uma renovação nos processos educativos, revelando os problemas e deficiências mundiais encontradas na área da educação, com uma comissão organizadora fundamentada em princípios como solidariedade e parceria.

Dentro dos apontamentos trazidos pelo relatório, encontra-se um capítulo voltado à descrever um modelo de educação apoiado em quatro pilares, chamado de “Quatro Pilares da Educação”, a saber: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a ser e Aprender a viver juntos, (ou Conviver, nomenclatura utilizada pelo IGK). A implementação destes quatro pilares elucidada no relatório significa,

[...] uma resposta puramente quantitativa à necessidade insaciável de educação — uma bagagem escolar cada vez mais pesada — já não é possível nem mesmo adequada. Não basta, de fato, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança. (UNESCO, 1996, p. 89).

Estes pilares são os que norteiam a metodologia utilizada no IGK para o planejamento e a execução das oficinas socioeducativas. É um modelo baseado na educação e em novas maneiras de educar, sendo inclusive, retratado nos relatos dos educadores, confirmando a ausência de referenciais teóricas particulares da Política de Assistência Social, esfera a qual se encontra o SCFV.

Durante uma das entrevistas, um dos entrevistados confundiu-se ao descrever o trabalho de um educador social, descrevendo-o como uma função única e exclusiva dos profissionais do Serviço Social, conforme o trecho a baixo,

O trabalho, esse trabalho junto a família, **esse interesse que é do trabalho de vocês**, digamos assim, é uma paixão também que eu vejo que vocês carregam sabe. Por esse saber como as crianças estão vivendo, se realmente, estão tendo o apoio que é necessário. (...) Então acho que sem **essa parte do Serviço Social** não teria o mesmo, o mesmo envolvimento assim. Digamos, não teria a mesma (como é que eu vou falar), a mesma parceria. Acho que cada área aqui é muito importante né, a psicologia, a pedagogia, mas acredito que o Serviço Social pela parte da família que envolve, **que é um trabalho mais de vocês mesmo**, acho que é essencial pra dar continuidade ao trabalho que a gente faz diretamente com as crianças. (E3).

A educadora em questão não descreveu o trabalho do educador social como sendo pertinente ao cargo que a mesma ocupa na instituição. Todos os educadores entrevistados, apesar da legislação não exigir, possuem formação de ensino superior. O que percebeu-se através deste relato é que há no seu ponto de vista uma separação por áreas do conhecimento, como sendo um trabalho do educador social umas das atribuições exclusivas do Serviço Social.

Sabe-se que a multidisciplinaridade faz parte do trabalho em rede que é executado na Política de Assistência, principalmente na oferta de serviços como o SCFV, e a presença das áreas de formação como Serviço Social, Pedagogia e Psicologia, são exemplos de complementariedade de saberes, onde há possibilidade de compartilhamento de visões e técnicas de trabalho pelos diversos atores envolvidos.

3.1.1 A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA DE ESPORTES E EDUCAÇÃO CAMPEÕES DA VIDA, QUANTO ÀS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DO SCFV

Durante a realização do grupo focal com as crianças e os adolescentes inseridos no Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida, destacou-se a utilização da palavra “conviver”. O termo utilizado por eles referiu-se à influência do Programa em suas vidas e o que o mesmo representava para eles. Um dos relatos destacou o SCFV como “Um lugar onde a gente aprende a conviver (...) a conviver com as pessoas.” (S5). Esse convívio identificado nas falas referia-se a capacidade adquirida de relacionar-se também com as demais crianças e adolescentes do Programa. Neste depoimento destaca também a reprodução, entre os beneficiários

do serviço, quanto a um dos “Pilares da Educação” sobre Aprender a Conviver, “cartilha” seguida pelo IGK.

Outra dimensão constatada é a referência à prática de esportes. Todos os sujeitos do grupo focal revelaram maior afinidade pelas oficinas esportivas, como está destacado na fala que segue:

Porque é legal, a gente corre bastante. (S1). Eu gosto mais de “Esportes”, porque corre e se diverte (S2). Eu não gosto muito da “Cultural”. Porque como eu disse, eu sou mais agitada e normalmente a gente fica um pouco mais parada (S3). Eu gosto bastante dos “Esportes” porque eu sou bem agitada (S4). Eu gosto mais da oficina de “Esportes” porque normalmente eles trazem brincadeiras diferentes, pra mim é muito legal (S5). Eu gosto de “Tênis” e “Esportes”, porque eu sou mais esportista, aí eu gosto mais de correr, essas coisas. (S6).

Essa relação vai ao encontro ao que o nome do Instituto representa e a associação com a carreira do atleta de Tênis Gustavo Kuerten. A prática do Tênis é bastante difundida no Programa, assim como os demais esportes. O que torna perceptível a preferência das crianças e adolescentes pelas oficinas que desenvolvem atividades esportivas, e certa rejeição por atividades culturais.

O sistema descentralizado e participativo que atua no cenário das políticas públicas no Brasil conta, como já relatamos anteriormente, com um evidente crescimento no protagonismo das Organizações da Sociedade Civil, organizações que fazem parte do terceiro setor e, cada vez mais demonstram autonomia em relação aos projetos político pedagógicos e visões de metodologia. O caso do IGK é representativo neste sentido, pois prioriza em sua metodologia de ensino as ações esportivas, em detrimento das que culturais e lúdicas por exemplo. A marca do IGK, o atleta Gustavo Kuerten, acaba por exercer maior influência do que está orientado no próprio SUAS. Causa assim, um distanciamento das diretrizes da Política de assistência social, onde, por exemplo, a matricialidade sociofamiliar não se encontra em evidência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As motivações que levaram a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso são fruto do período de estágio realizado no Instituto Guga Kuerten, momento este que se constituiu em um grande processo de aprendizagem sobre o trabalho social com crianças e adolescentes, despertando assim, o interesse sobre a dimensão socioeducativa do SCFV.

Um dos fatores revelados pela análise realizada, a partir das entrevistas com os educadores sociais da instituição, foi a ausência de referências teóricas sobre o trabalho que é desenvolvido pelo SCFV, um dos serviços com maior relevância no âmbito da Política de Assistência Social. Constatou-se uma carência de compreensão sobre o papel do educador social, como um profissional inserido no âmbito do SUAS, ou seja, os educadores demonstram maior afinidade com a Política de Educação, em detrimento da Assistência Social. Como não foi feita referências da Política Nacional de Assistência Social, da Lei Orgânica de Assistência Social, ou da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais entre os entrevistados, constata-se que falta a esta instituição a compreensão do que é o SCFV, algo refletido através dos depoimentos dos seus trabalhadores, e o seu papel dentro da Proteção Social Básica e a rede de proteção de modo geral.

O SCFV para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos é um serviço de extrema importância da Assistência Social, pois é através deste trabalho que se propõe a prevenção ao trabalho infantil, por exemplo. O serviço não é apenas um trabalho de contraturno ou reforço escolar e não se resume apenas as práticas de esportes diversos, sabendo-se que as oficinas socioeducativas podem oferecer ações esportivas, lúdicas e culturais. Contudo, estas ações precisam necessariamente estar embasadas nos objetivos do serviço, que é a convivência familiar e comunitária e o fortalecimento de vínculos com foco na matricialidade sociofamiliar. O que se quer indicar nestas considerações finais é que, nesta instituição sem fins lucrativos, inserida no terceiro setor, a dimensão socioeducativa está mais voltada às práticas educacionais e esportivas do que sociais, pois não há referência a um trabalho que articule a presença das famílias ou da comunidade onde estes usuários estão inseridos. Além, disso não houve menção a um trabalho articulado com a rede, que

possibilite a integração das famílias e território, conforme está explicitado na PNAS e suas regulamentações.

Ainda através das análises das entrevistas e do grupo focal, não foi possível localizar a família como elemento central no planejamento das oficinas. As ações de planejamento aparentam concentrar-se em uma metodologia orientada pelos “Pilares da Educação”. Com isso, os resultados esperados do trabalho realizado pelo SCFV, demonstram limitar-se às alternativas educacionais esportivas, como alternativa de superação das desigualdades sociais. Esta constatação por si mesma não contradiz o previsto pela PNAS. Contudo, a exclusão da família, da comunidade e da rede socioassistencial em geral reforça a ideia de contraturno escolar, rompendo com o princípio de integralidade das ações desta política e da matricialidade sociofamiliar, além da territorialidade.

Assim, este objeto de pesquisa, segue com a referência direta aos valores esportivos, o que se elucida pelo exemplo da carreira do tenista que leva o nome da instituição, e não com os princípios e valores da política em questão. Quando se procura emoldar o sujeito aos métodos que se limitam a tratar somente da precariedade na educação ou, da mesma forma, depender dos valores do esporte, as demais expressões da Questão Social são omitidas e como sabemos, elas encontram-se em diferentes esferas, e são consequência de diversas situações como a falta de investimento do Estado em Políticas Sociais.

A proteção social no Brasil, antes de ser reconhecida como política e direito a partir da Constituição, era tratada como favor aos pobres e, para os pobres, qualquer coisa bastaria. As crianças e os adolescentes não eram reconhecidos como sujeitos de direito, não recebiam proteção do Estado, família ou sociedade. Qualquer instituição filantrópica que destinasse algum cuidado para os mais “desfavorecidos”, o fazia à sua maneira, não havia regulamentação própria que tratasse da área social. Hoje em dia, o Sistema único de Assistência Social possui regulamentação, diretrizes e os serviços e programas devem ser efetuados de forma padronizada. As instituições que prestam assistência, por conseguinte, devem seguir o que está previsto, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que representa um avanço quanto aos cuidados que devem ser destinados a esse público, a partir da família, da comunidade, do Estado e da sociedade em geral.

A escassez em investimentos na área social sempre acompanhou a trajetória da Política de Assistência Social, com exceção dos governos de Lula e Dilma, onde as políticas sociais conquistaram alguns avanços importantes no país. Nos demais governos, esta política sempre se encontrou em momentos de recessão e dificuldades. Atualmente não é diferente, os bloqueios nos investimentos e a diminuição no teto de gastos, tem prejudicado seriamente a continuidade dos serviços e programas assistenciais no Brasil.

Sabemos que a lógica neoliberal defende a diminuição e, em alguns casos, o desaparecimento do Estado, transferindo responsabilidades para a sociedade civil. Ela, por sua vez, se organiza de forma a transferir para as instituições do terceiro setor, a incumbência de gerir e ofertar serviços de proteção social como os de saúde e assistência social, na busca pelo equilíbrio social. Para os liberalistas, a sociedade tem a capacidade de se autogerir e buscar o equilíbrio, sem precisar da interferência do Estado, ignorando o antagonismo de classes existente na sociedade capitalista, onde há a exploração de uma classe sobre a outra, gerando a desigualdade.

Vemos o aumento no número de OSCs assumindo a administração de unidades de referência em saúde e assistência, por exemplo. A oferta de serviços como o SCFV é cada vez mais realizada por intermédio de instituições privadas e sem fins lucrativos, de orientações filantrópicas, religiosas e assistencialistas, descaracterizando os objetivos e as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social. Para a PNAS, os resultados esperados dos serviços e programas devem ser de totalidade no atendimento e superação integral das situações de vulnerabilidade social. Contudo, o que se vê atualmente são serviços fragmentados e descontínuos, regrados à meritocracia, mas por estarem respaldados pelas parcerias público-privadas, recebem financiamento do Estado para atuarem.

Os profissionais que trabalham nestas instituições, como os educadores sociais do IGK, por exemplo, em sua maioria não demonstram nenhum domínio das diretrizes da PNAS e dificilmente recebem capacitação sobre o que é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Desconhecer o serviço, significa desconhecer também o seu propósito, e os resultados esperados não só para os sujeitos, mas para a família e conseqüentemente a comunidade no seu entorno. Voltam-se as mesmas práticas de antigamente, o senso comum toma o lugar dos instrumentos político-pedagógicos.

Em relação ao trabalho dos assistentes sociais na Política de Assistência, considera-se de extrema importância a constante capacitação destes profissionais. Pois entende-se que o Serviço Social, é referência para a oferta dos serviços socioassistenciais e serve de parâmetro para que as demais formações profissionais exerçam suas funções, seguindo o que é previsto na PNAS. Mesmo diante das implicações impostas à profissão pelo Estado e, que são reproduzidas na sociedade, como os episódios de diminuição e em alguns casos, extinção dos postos de trabalho.

Para o assistente social, atualmente, é comum a oferta de emprego em locais que são geridos pela iniciativa privada, dentro da lógica da filantropia social e do terceiro setor. As instituições privadas da sociedade civil, por si só, não detêm a capacidade de planejar e executar as políticas públicas do SUAS sem fundamentar-se nas diretrizes da PNAS e, por tanto, a presença do assistente social, se faz tão necessária para estas organizações, mas a autonomia relativa destes trabalhadores, muitas vezes é colocada à prova em vários momentos.

O profissional de Serviço Social, integrante da classe trabalhadora, está conseqüentemente sujeito a cumprir com os regimentos e normas nos locais onde exerce sua profissão. É destes locais que advém a sua remuneração e onde, contraditoriamente lhe são impostas situações que limitam suas ações, tornando-as paliativas e seus atendimentos superficiais. No entanto, cabe ao assistente social, pautar suas atividades e atribuições na primazia do direito em detrimento da lógica do favor, pois a Assistência Social é uma política pública e disponível a quem dela necessitar.

Sabe-se que alguns assistentes sociais defendem a manutenção das organizações do terceiro setor, considerando-as como alternativas ao enfrentamento das crises sociais, impostas pelo próprio capitalismo. Reproduzindo assim um pensamento distorcido da realidade, onde o Estado se mantém omissivo e transfere a responsabilidade da manutenção das políticas públicas para a sociedade, culpabilizando as famílias e seus membros, diante das desigualdades existentes.

Durante a pesquisa e a elaboração deste TCC, contradições como estas se fizeram presentes. A percepção de quão complexa é a profissão do assistente social, assim como a sua extrema importância frente ao combate das expressões da Questão Social. É inegável a necessidade da inclusão dos profissionais de Serviço Social em

todos os territórios onde há a oferta os serviços e programas da Assistência Social, como o SCFV e ainda, que seja garantida sua autonomia.

Nos meses que findam o curso de graduação em Serviço Social, é possível reconhecer alguns avanços enquanto estudante e posteriormente profissional desta área de atuação. O conhecimento teórico acumulado durante este período serve de fundamento para uma visão ampliada sobre a sociedade e o modo de reprodução do capitalismo, e suas consequências nas relações sociais existentes. Superá-lo será a alternativa para a diminuição e, de forma esperançosa, a extinção das desigualdades entre as classes sociais.

O processo de graduação foi, sobretudo, um processo de aprendizagem e que promoveu uma mudança de mentalidade, onde ao poucos o senso comum foi dando lugar ao pensamento crítico e questionador, onde a busca pelo conhecimento tornou-se habitual. Os autores estudados durante o curso de Serviço Social serviram de base para a evolução do pensamento político. E a escolha da área temática foi influenciada pelo exercício do estágio, que se estendeu por três semestres de curso.

Durante este tempo, observou-se o trabalho realizado através do SCFV, suas características e seus desafios frente às dificuldades apresentadas ao longo deste TCC. Foi através do estágio que se aprofundou o conhecimento acerca das crianças e adolescentes e conseqüentemente, todos os instrumentos disponibilizados pelo SUAS para a proteção destes sujeitos.

Reitera-se a carência de produções teóricas relacionadas às dimensões socioeducativas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, programa inserido na Proteção Social Básica da Assistência Social, e que possui regulamentações específicas. Que, se forem cumpridas pelas instituições que executam este serviço, aumentará significativamente a chance de sucesso, pois a proteção social estará acima do favor. Sendo assim, sugere-se a reprodução deste Trabalho, para que possa contribuir e auxiliar no trabalho daqueles que atuam nestes espaços.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAZOLI, Thiago Nunes. **O Terceiro Setor como Executor das Atividades Fundamentais do Estado – Saúde, Educação e Assistência Social**. Curitiba, 2007. Disponível em: <https://img.fae.edu/galeria/getImage/108/1547354510198686.pdf>. Acesso em Set. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados (Org). **Decreto Nº 4.682, De 24 de Janeiro de 1923. Lei Eloy Chaves**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4682-24-janeiro-1923-538815-publicacaooriginal-90368-pl.html>. Acesso em Jun. de 2019.

BRASIL. Presidência da república. (Org). **Lei Nº 12.435, De 06 de Julho de 2011**, Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm. Acesso em: Ago. 2019.

BRASIL. Presidência da república. (Org). **Lei Nº 8.662, De 07 de Junho e 1993**, Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: Ago. 2019.

BRASIL. Presidência da república. (Org). **Lei Nº 8.069, De 13 de Julho DE 1990**, Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: Ago. 2019.

BRASIL. Presidência da república. (Org). **Lei Nº 12.594, De 18 de Janeiro DE 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: Nov. 2019.

BRASIL. Presidência da república. (Org). **Lei nº 8.742, De 07 de Dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília – LOAS. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em: Ago. 2019.

BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência da República (Org). **Entenda o MROSC Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei 13.019/2014**. Brasília, 2014. Disponível em: http://plataformamaisbrasil.gov.br/images/docs/MROSC/Publicacoes_SG_PR/LIVRE_TO_MROSC_WEB.pdf. Acesso em Set. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Org). **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: Nov. 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social (Org). **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.** Brasília, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepc_ao_fortalecimento_vinculos.pdf. Acesso em: Jul. 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social (Org). **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).** Brasília, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_resp_ostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf. Acesso em Ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Org). **Orientações Técnicas Sobre o PAIF, Volume 1.** Brasília, 2012. Disponível em: http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/Orientacoes_PAIF_1.pdf. Acesso em Nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Org). **Orientações Técnicas Sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/fcd77625ea9a.pdf>. Acesso em Set. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Org). **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_convivencia_familiar.pdf. Acesso em Set. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Org). **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em Jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Org). **Resolução Nº 9, de 15 de Abril de 2014.** Brasília, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/duarte/Downloads/CNAS%202014%20-%20009%20-%2015.04.2014.pdf>. Acesso em Jul. 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social (Org). **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. 2014.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em Set. de 2019.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Org). **Políticas Sociais: acompanhamento e análise | BPS | n. 25 | 2018**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/190116_bps_25.pdf. Acesso em Ago. de 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 22 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COUTO, Berenice Rojas; YASBEK, Carmelita; SILVA E SILVA, Maria Ozanira da; RAICHELIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

DUARTE, Mariana. **Análise Institucional Instituto Guga Kuerten**. Florianópolis, 2018.

GIOVANNI, Geraldo Di. **Sistemas de proteção social**. 1998. Disponível em: <http://geradigiovanni.blogspot.com/2008/08/sistema-de-proteo-social.html>. Acesso em Ago. de 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais**. In: SER social, Brasília, v.15, n. 33, 2013. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13051/11406. Acesso em Ago. de 2019.

MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 7 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo, 6 ed., Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. **A Menina Loas: um processo de construção da Assistência Social**. 2ª ed. Cortez, São Paulo, 2007.

TRAD, Leny A. Bomfim. **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde**. 2009, vol.19, n.3, pp.777-796. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312009000300013&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em Ago. de 2019.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez Editora, 1996. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em Set. de 2019.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(EDUCADORES – IGK)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA:

A dimensão socioeducativa no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

O objetivo principal desta pesquisa é apreender como se configuram das ações socioeducativas do SCFV no Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida. A Coleta de dados ocorrerá através do instrumento de entrevista. Esclarecemos que as pessoas que responderem as entrevistas não serão colocadas em riscos, pois os nomes dos participantes serão mantidos em sigilo.

Garantimos aos sujeitos a possibilidade de esclarecimentos de todas as dúvidas que surgirem, bem como o direito de abandonar a pesquisa em qualquer momento do processo sem prejuízo para si. Para a entrevista, será usado gravador, os dados serão utilizados apenas para esta pesquisa e serão armazenados por um período de cinco anos e depois destruídos.

Eu,, declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, que recebi informações a respeito da metodologia e me proponho a participar da entrevista e que sei que poderei, em qualquer momento, solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar do estudo assim que eu desejar.

A pesquisadora responsável por este projeto de pesquisa é a estudante do Departamento de Serviço Social da UFSC Mariana Duarte, (48-984517579), e-mail: marianaduarth@gmail.com, tendo como orientadora a Prof.^a Dr.^a Inez Rocha Zacarias (51- 996142131), e-mail: inez.zacarias@ufsc.br. Qualquer um desses contatos pode ser acionado em caso de dúvida.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Florianópolis, ____/____/____

.....

Nome do Pesquisado

.....

Assinatura do Pesquisado

.....

Nome do Pesquisador

.....

Assinatura do Pesquisador

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(CRIANÇAS E ADOLESCENTES)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RESPONSÁVEIS

Título da pesquisa: **A dimensão socioeducativa no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**

Pesquisadora: Mariana Duarte
Orientador: Dra. Inez Rocha Zacarias
Telefone de contato: (48) 98451-7579

E-mail: inez.zacarias@ufsc.br
E-mail: marianaduarth@gmail.com

1. Seu (sua) filho (a) _____ está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa nesta instituição.

2. O propósito da pesquisa é apreender como se configuram das ações socioeducativas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida e está sendo desenvolvida através das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Além disso, todas as etapas deste trabalho estão sob a orientação da professora Dr.^a Inez Rocha Zacarias, vinculada a este mesmo Departamento.

3. A participação nesta pesquisa envolverá a aplicação de um grupo focal a ser realizado no espaço da IGK, sob a coordenação desta pesquisadora. Neste espaço serão levantadas algumas perguntas pertinentes ao tema da pesquisa e direcionadas aos participantes que poderão respondê-las ou não. Todos os procedimentos acontecerão no IGK, em horário das oficinas. Para o grupo focal, será usado gravador, os dados serão utilizados apenas para esta pesquisa e serão armazenados por um período de cinco anos e depois destruídos.

4. Não há riscos previstos na participação de seu (sua) filho(a), mas caso ele(a) se sinta desestimulado ou desconfortável, poderá deixar a pesquisa a qualquer momento.

5. A participação das crianças e dos adolescentes não acarretará nenhum preconceito, discriminação ou desigualdade social.

6. Os resultados deste estudo podem ser publicados, mas o nome ou identificação da criança ou do adolescente não serão revelados.

7. Não haverá remuneração ou custo para a participação na pesquisa.

8. Quaisquer dúvidas que você tiver em relação à pesquisa ou à participação, antes ou depois do consentimento, serão respondidas pela pesquisadora.

Li as informações acima, recebi explicações sobre a natureza, riscos e benefícios da pesquisa. Assumo a participação de meu filho (a) e compreendo que posso retirar meu consentimento e interrompê-lo a qualquer momento, sem penalidade ou perda de benefício. Ao assinar este termo, não estou desistindo de quaisquer direitos meus. Uma cópia deste termo me foi dada.

Assinatura dos pais ou responsáveis:

Data: / /

Assinatura da pesquisadora:

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS EDUCADORES SOCIAIS
DO IGK**

INSTRUMENTO N.º 1: ENTREVISTA COM OS EDUCADORES	
Questões norteadoras e objetivos específicos:	Perguntas:
<p>OBJETIVO 1:</p> <p>- Identificar a dimensão socioeducativa do trabalho desenvolvido no SCFV, em concordância com as diretrizes previstas na Política Nacional de Assistência Social – PNAS.</p>	<p>QUESTÕES NORTEADORAS:</p> <p>- Você possui formação pertinente ao cargo que você ocupa na instituição?</p> <p>- Há Quanto tempo você é educador junto ao SCFV?</p> <p>- Como você define o trabalho do educador social junto a este serviço?</p>
<p>OBJETIVO 2:</p> <p>- Apreender qual a compreensão da equipe profissional do Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida quanto ao aspecto socioeducativo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.</p>	<p>QUESTÕES NORTEADORAS:</p> <p>- Quais as principais atividades que você desenvolve no SCFV?</p> <p>- Como você avalia o impacto deste serviço na vida das crianças e adolescente atendimentos pelo SCFV?</p>

**APÊNDICE D – ROTEIRO DO GRUPO FOCAL COM AS CRIANÇAS E OS
ADOLESCENTES DO IGK**

INSTRUMENTO N.º 2: GRUPO FOCAL COM AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES**Questões norteadoras e objetivos específicos:****Perguntas:****OBJETIVO:**

- Analisar qual a percepção das crianças e dos adolescentes, inseridos no Programa de Esportes e Educação Campeões da Vida, quanto às ações socioeducativas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

QUESTÕES NORTEADORAS:

- Para vocês, o que é o IGK?
- O que o IGK significa na vida de vocês?
- Quais as atividades e oficinas que vocês mais gostam? Por que?
- Quais as atividades e oficinas que vocês menos gostam? Por que?
- O que vocês aprenderam no IGK que poderá ajudá-los no futuro?